

Além das Sacristias: A Pastoral da Juventude em Florianópolis na década de 1980ⁱ

Marilane Machadoⁱⁱ - PPG-UFSC

O final da década de 1970 foi um período bastante marcante no Brasil por ter surgido um número expressivo de movimentos sociais, promovendo a participação social de uma significativa parcela da população que, por outro meio, não teria sua voz ouvida pelo poder público. A década de 1980 inicia-se, portanto, num contexto de reivindicações e denúncias que contrastavam com o discurso de redemocratização e participação popular utilizado por parte dos governantes.

A Igreja Católica foi um dos espaços em que se desenvolveram vários destes movimentos sociais neste período, "de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criaram seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade".ⁱⁱⁱ As ações e propostas destes movimentos estavam em sua maioria baseados e legitimados pela teologia da libertação, um movimento teológico que se manifestou nos países da América Latina a partir dos anos setenta, pela observação das desigualdades sociais, dos governos que administravam em benefício dos ricos e de um ambiente cultural dependente da Europa e dos Estados Unidos da América. Tem-se ainda, como causa direta desse movimento teológico, um possível empenho assumido pela Igreja em favor dos pobres a partir do Concílio Vaticano II.^{iv}

Observamos, no entanto, que embora setores da Igreja Católica tenham assumido o discurso da teologia da libertação, e a própria instituição eclesial tenha absorvido esse discurso, suas ações não vão ao encontro de tais propostas. Assumiu-se de fato o discurso teológico que fazia uma opção preferencial pelos excluídos, no entanto, esta não pressupunha um comprometimento profundo com os mesmos. Percebe-se que a instituição eclesial deixa-se influenciar pelo discurso libertador de maneira

estratégica, para conquistar influência na sociedade atingindo um público maior, que estaria fora de seu alcance se não houvesse essa remodelação.

Tal situação fez com que os movimentos adeptos da teologia da libertação que surgiam dentro do espaço da Igreja Católica entrassem em conflito com esta instituição e percebessem que suas ações estavam, na verdade, sendo controladas pela hierarquia eclesiástica. Assim, as críticas destes movimentos voltaram-se não só para os problemas sociais, mas para a própria Igreja da qual faziam parte, tendo em vista que partimos da definição de Igreja de Roberto Romano^v: uma instituição em cujo interior convivem setores de diversas tendências culturais e políticas, sendo seu discurso oficial o teológico e assumindo através dele um posicionamento político.^{vi}

A Pastoral da Juventude é, segundo a definição do documento oficial da CNBB, - o Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil^{vii} - o conjunto de grupos de jovens de todas as paróquias e Comunidades Eclesiais de Base existentes no país, no entanto, entendemos este agrupamento de jovens católicos enquanto um destes movimentos sociais adeptos da teologia da libertação que surgiram no cenário nacional, e especificamente dentro da igreja Católica, no período tratado.

Esse modelo de Pastoral começa a ser idealizado, a nível nacional, no ano de 1973, por iniciativa da própria CNBB. No entanto, até 1983 tem-se um período conhecido como sendo de *primeiras articulações*. Naquele mesmo ano é criado o Setor Juventude da CNBB e tem-se uma fase de *elaboração teórica* da Pastoral da Juventude, marcada por reflexões e elaborações de propostas mais sólidas para esta Pastoral.^{viii}

Entendemos a articulação desta pastoral por parte da hierarquia católica influenciada pelos debates advindos do Concílio Vaticano II (1962-1965) e conseqüentemente das Conferências Gerais do Episcopado Latino Americano ocorridas em Medellín no ano de 1968 e em Puebla no ano de 1979, sendo que nesta última a

Igreja da América Latina assume uma opção de trabalho preferencial pelos jovens, propondo linhas de ação para a atuação visando este público:

A pastoral da juventude deve ajudar também a formar jovens de maneira gradual para a ação sócio - política e para as mudanças de estruturas, de menos humanas em mais humanas, segundo a Doutrina Social da Igreja. Formar-se-á no jovem um sentido crítico frente aos meios de comunicação social e aos contravalores culturais que as diversas ideologias tentam transmitir-lhe, especialmente a liberal capitalista e a marxista, para que não seja por elas manipulado.^{ix}

Percebemos ainda a influência, na formação da Pastoral da Juventude, dos extintos grupos de juventude da Ação Católica Brasileira: "Juventude Agrária Católica" (JAC), "Juventude Estudantil Católica" (JEC), "Juventude Independente Católica" (JIC), "Juventude Operária Católica" (JOC) e "Juventude Universitária Católica" (JUC). Estes grupos foram criados pela Igreja a partir da década de 1930 com o intuito de aproximar os jovens leigos da instituição eclesial, no entanto foram extintos oficialmente após o Golpe Militar de 1964 por fazer críticas ao sistema político e social.

O método de atuação destes grupos foi posteriormente incorporado pela Ação Pastoral da Igreja e de maneira especial pela Pastoral da Juventude, se trata do método *ver-julgar-agir*, que pretende unir a fé à realidade vivida por determinado grupo social: partir da realidade específica dos jovens (*ver*), confrontar a realidade observada com a fé (*julgar*) e a partir daí tentar uma ação concreta que fosse transformadora do meio social analisado (*agir*).

Em Santa Catarina, esse processo inicia-se institucionalmente no ano de 1982, quando ocorre a primeira Assembléia Regional da Pastoral da Juventude Regional e é criado o setor da Pastoral da Juventude da CNBB da regional sul IV. No entanto, a organização dos jovens nos diversos municípios do estado é bem anterior a este ano.

Na cidade de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, observamos as primeiras tentativas de formação do que posteriormente viria a ser a Pastoral da

Juventude no ano de 1971, por iniciativa da hierarquia clerical, representada na pessoa de Dom Afonso Niehues (arcebispo metropolitano no período compreendido entre 18 de maio de 1967 e 22 de janeiro de 1991) atendendo ao pedido de alguns jovens.

O representante da Igreja Católica em Florianópolis tomou a iniciativa de delegar ao Padre José Edgard de Oliveira a função de organização dos jovens. Esta nomeação pode ser entendida como uma forma de fazer com que o padre e todos os indivíduos que viessem a se unir ao seu trabalho se comportassem de acordo com a essência social que lhe foi atribuída, ou seja, a essência da Instituição a qual estava ligado: a Igreja Católica de Florianópolis.

"Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade. Neste caso, o indicativo é um imperativo. A moral da honra consiste em dizer 'é um homem'. Instituir, dar uma definição social, uma identidade, é também impor limites..."^x

Assim, Dom Afonso Niehues vê, nesta figura tão carismática aos jovens: o Padre José Edgard de Oliveira, uma maneira de organizar a juventude católica de Florianópolis em torno de um movimento organizado que garantia à Igreja seu controle, tendo em vista que neste momento vivia-se o período de Regime Militar e que todo cuidado em relação a possíveis grupos subversivos da sociedade era indispensável. Este padre havia se envolvido anteriormente, a partir do ano de 1959, com a JEC de Florianópolis e assim que ocorreu o Golpe Militar de 1964, foi indiciado e obrigado a se afastar de Florianópolis e dos trabalhos junto à juventude, sem no entanto, se desligar totalmente do contato clandestino com alguns jovens, portanto, só retorna a Florianópolis e ao trabalho com a juventude católica oficialmente no ano de 1971, quando organiza a Assessoria Religiosa de Movimentos de Juventude (ARMOJ).

A Assessoria Religiosa de Movimentos de Juventude foi articulada, portanto, neste ano com a intenção de mapear e unificar todos os grupos de jovens dispersos pelas paróquias da arquidiocese de Florianópolis, não se tinha neste momento ainda uma Pastoral da Juventude ligada ao Projeto Pastoral de Conjunto da igreja Católica do Brasil, tampouco todos os grupos seguiam um método e teologia específicos, tal fato só ocorreria em 1979, ano que pode ser entendido como o divisor de águas na história da Pastoral da Juventude em Florianópolis. Neste ano houve a concretização de toda uma organização que vinha sendo feita desde 1971 pela ARMOJ, sofrendo as influências dos acontecimentos na sociedade e na Igreja: a abertura política do país, as influências da III CELAM em Puebla em que se dão as diretrizes para a formação das pastorais de juventude, a eleição do novo papa - João Paulo II - em 1978 e a teologia da libertação que neste momento vem ganhando cada vez mais força, embora sofrendo as críticas e controle da ala conservadora da Igreja.

No momento em que se desfaz a ARMOJ, José Edgard de Oliveira se desliga do trabalho com a recém formada Pastoral da Juventude e assume a coordenação, pela primeira vez um jovem leigo - Francisco Alves Veríssimo, em eleição realizada de forma democrática, com a presença de aproximadamente oitocentos jovens da arquidiocese, no dia 24 de setembro de 1979. Francisco Alves Veríssimo foi eleito durante a Assembléia Geral da Pastoral da Juventude, o fato de ter realizado uma eleição para a escolha de seu coordenador era para estes jovens uma forma de criticar a política nacional neste momento, em que se reivindicava a abertura política e eleições diretas para presidente da república.

Esse "protagonismo juvenil", ou seja, o fato de a Pastoral da Juventude ser realmente **da** e não **de** juventude, tendo como responsáveis os próprios jovens, é uma característica peculiar, sendo que outros tipos de movimentos de juventude, seguidores dos modelos de "cursinhos de cristandade", têm como responsáveis geralmente casais de

adultos ou orientadores espirituais membros do clero e a própria extinta ARMOJ tinha a sua frente o Padre José Edgard de Oliveira. Essa característica é entendida como uma conquista dos jovens que amedronta o clero e a hierarquia da igreja, por não poder exercer, assim, tanto controle sobre as decisões e atitudes daqueles.

Percebemos, no entanto, que neste momento de "protagonismo juvenil" da década de 1980, quando os jovens teriam supostamente mais liberdade para a realização de seu trabalho foi um momento de maiores dificuldades de organização e de realização de projetos em relação à década anterior em que a ARMOJ tinha à frente de seus trabalhos o Padre José Edgard de Oliveira. Este padre pode ser visto, portanto, como um "porta-voz autorizado"^{xi} pela instituição para atuar no trabalho com a juventude. Na mesma medida em que era reconhecido pela hierarquia clerical seu trabalho era reconhecido e legitimado por parte dos jovens dos quais era representante: "O porta-voz autorizado consegue agir com palavras em relação a outros agentes e, por meio de seu trabalho, agir sobre as próprias coisas, na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador."^{xii} A perda deste porta-voz, portanto, vista pelo grupo como uma conquista e possibilidade de maior liberdade, fez com que na verdade houvesse a perda de muitas concessões por parte do clero para com os jovens, bem como um constante clima de desconfiança por parte da hierarquia clerical para com a Pastoral da Juventude, o que gerou conflitos entre estas duas partes.

Enquanto na década de 1970 percebemos uma crescente movimentação da juventude católica para fora do espaço institucional da Igreja e se envolvendo em atividades não ligadas somente à religiosidade, mas envolvidas com o momento político pelo qual passavam e estimulados pelas idéias do padre que anteriormente esteve ligado à JEC, ao mesmo tempo que em seus discursos a influência da teologia da libertação já se fazia presente, na década seguinte, quando esperava-se uma movimentação maior

para fora das sacristias e um engajamento social significativo, suas ações foram controladas pelo clero, principalmente quando se tratava de financiamento para a realização de trabalhos.

O controle se deu de forma explícita principalmente a partir do ano de 1985, quando Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger foi nomeado Bispo Auxiliar de Florianópolis, e responsabilizado neste momento para fazer a articulação com a Pastoral da juventude, mais uma vez a hierarquia da Igreja tentava exercer controle sobre os jovens através da influência de um clérigo, desta vez, no entanto, através de um clérigo que não ganhou a simpatia dos jovens e não foi aceito por eles, pelo fato de justamente de tentar impor suas decisões sobre a deles, fato que os jovens da década de 1980 não estavam dispostos a aceitar, jovens estes já muito influenciados pelo discurso da teologia da libertação e por todo o debate entre progressistas e conservadores, forte neste momento:

Nós íamos pro embate, a ponto da gente cantar uma música assim ó, se a gente sabia que o Bispo ia à reunião, olha como a gente era terrível, cantava: "E nos palácios o lê lê, vivem os Bispos, sem saber que lá fora, a vida é triste". Chegava a cantar essa música de serenata pro Bispo, quando ele vivia incomodando muito a gente nós reuníamos um monte de gente e vínhamos pra frente da arquidiocese cantar essa música pra ele.^{xiii}

As propostas desta pastoral, portanto, estavam em assumir um compromisso com a sociedade que ia além das propostas de atuação religiosa, num espaço de atuação que ia além do espaço sacramental. No entanto, observamos críticas por parte de alguns pesquisadores, como Márcio Moreira Alves^{xiv} e Normélio Weber^{xv}, para com a atuação deste tipo de movimento que se desenvolveu dentro da Igreja. Estes dizem que ao assumir como método o *ver-julgar-agir*, a Pastoral da Juventude vê e julga muito, mas age muito pouco. De certa forma estão certos ao dizer isto, as ações da Pastoral da Juventude não são vistas porque não são ações visíveis, sua proposta está na evangelização de jovens, esta evangelização traduz-se em conscientização, são as

pessoas conscientizadas, portanto, que observando uma realidade social injusta optarão ou não por uma atitude de transformação, estas não levam o nome da Pastoral da Juventude, mas são resultado de seu trabalho.

Concluimos, portanto, que por mais que tivesse sofrido o controle e, por vezes, até o impedimento de algum tipo de trabalho por parte da hierarquia da Igreja, a Pastoral da Juventude foi, no período estudado, um movimento social que ao fazer críticas ao meio em que estava inserida, ao instigar seus membros à participação em outros tipos de movimento social: partido político, sindicato ou associação de moradores, ou mesmo desenvolvendo uma forma de religiosidade que visava à transformação de realidade social injusta, teve seu espaço de atuação ampliado para além das sacristias.

ⁱ Este artigo é baseado na monografia de conclusão do curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina da mesma autora.

ⁱⁱ Mestranda do programa de pós-graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina/ Bolsista CAPES.

ⁱⁱⁱ SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988, p.24.

^{iv} MODIM, B. **Os teólogos da libertação**. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 25-31.

^v ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: kairós, 1979.

^{vi} Ver também: SOUSA, J.J.V. de. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

^{vii} CNBB. **Marco Referencial da Pastoral da Juventude do Brasil**. Estudos da CNBB, nº 76, 1996, p.45.

^{viii} Ibidem. P.26-28

^{ix} CELAM. **Evangelização no presente e no futuro de América Latina: Conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979. 1196-1197, p. 367.

^x BOURDIEU, P. **A Economia Das Trocas Lingüísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 100.

^{xi} Ver: BOURDIEU, P. Op. Cit.

^{xii} Ibid, p. 89.

^{xiii} Entrevista com Ionara da Cunha concedida a Marilane Machado em 08/09/2004.

^{xiv} ALVES, M.M. **A Igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

^{xv} WEBER, N.P. **Pastoral da Juventude em Santa Catarina e a Geração de Militantes para o Movimento Popular**. Florianópolis: dissertação de mestrado - Programa de pós-graduação em Sociologia Política - ufsc, 1990.